

A tripla exploração das Fábricas Recuperadas latino-americanas

Henrique T. Novaes*

Renato Dagnino*

Área Temática

Economia Política, Capitalismo e Socialismo

Resumo

Este artigo trata sobre a tripla exploração das Fábricas Recuperadas (FRs) latino-americanas. Nos últimos 25 anos, surgiram inúmeras cooperativas, associações, etc provenientes de empresas que faliram ou foram abandonadas e que foram adquiridas ou arrendadas pelos trabalhadores. Nosso argumento é que os trabalhadores de FRs são explorados pelas empresas que demandam seus serviços (o chamado “Mercado”), eles se auto-exploram via aumento da jornada de trabalho, etc, além de explorarem trabalhadores contratados. No entanto, nossas pesquisas revelam que as FRs, apesar de inseridas no sistema produtor de mercadorias, conseguem promover *descontinuidades* na *continuidade*, o que nos revela que na mudança do atual contexto defensivo – caracterizado por uma regressão histórica (perda de direitos trabalhistas, etc) - para um momento ofensivo, que se caracterizaria pela articulação das FRs com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, e de uma visão e um programa de modificação da sociedade, e não apenas das unidades produtivas, os trabalhadores de FRs poderão ajudar a construir uma sociedade *para além do capital*, e por fim a esta tripla exploração.

Palavras-chave: Fábricas Recuperadas, Exploração, América Latina, Crise

* Economista (Unesp-Araraquara-São Paulo). Doutorando em Política Científica e Tecnológica - Unicamp. hetanov@yahoo.com.br

* Professor Titular do Depto. de Política Científica e Tecnológica - Unicamp. rdagnino@ige.unicamp.br

Introdução

O cenário da década de 1990 ficou marcado pela abertura comercial, pela valorização cambial iniciada pelo Plano Real, pelo aumento da taxa de juros praticada no mercado nacional (BALTAR, 1996), que resultaram no barateamento dos produtos importados, na queda da inflação, nos processos de reestruturação produtiva (LEITE, 2003) e desestruturação produtiva (OLIVEIRA, 1994) da indústria brasileira. No plano político, o Brasil experimentou a chamada *transição transada*. Saímos de uma ditadura militar e aprofundamos nossa plutocracia. Neste contexto, as taxas de falência, de desemprego, bem como o crescimento do mercado de trabalho informal chegaram a números surpreendentemente altos.

Na América Latina como um todo, vivenciamos neste momento histórico, a crise da dívida externa, a estagnação econômica, os processos de abertura comercial e as demais políticas arquitetadas pelo Consenso de Washington e *consentidas* pela nova correlação de forças que deu origem a estes processos. Neste contexto, surgiram e vêm surgindo na América Latina inúmeras formas de resistência da classe trabalhadora frente ao desemprego e sub-emprego. Dentre as formas de resistência da classe trabalhadora, a que retratamos neste artigo refere-se ao surgimento de empreendimentos com características autogestionárias (GUIMARÃES et al. 2004) originados de empresas que faliram, as chamadas Fábricas Recuperadas (FRs)..

Uma última palavra cabe nesta introdução. Dentre as pesquisas realizadas até o momento, verificamos três tendências. De um lado, alguns pesquisadores afirmam que tudo mudou depois do arrendamento ou aquisição dos meios de produção pelos trabalhadores de FRs. No outro extremo, há uma linha argumentativa que afirma que nada mudou, pois as FRs estão diante do sistema produtor de mercadorias e a relação capital-trabalho se reproduz dentro de todas as empresas, sejam elas de trabalhadores ou de patrões.

Os primeiros ignoram os entraves para a emancipação humana que a não generalização da *expropriação dos expropriadores* representa. Além disso, também subestimam a impossibilidade de redirecionar a produção para a satisfação das necessidades humanas ao ocupar apenas algumas poucas fábricas, enquanto que o segundo grupo de pesquisadores fecha os olhos para as possibilidades que as FRs têm de dissolver o caráter de mercadoria da força de trabalho.

Na mesma linha, aqueles que têm como proposta a *tomada do poder*, não percebem que o capital não se extingue subitamente, por decreto. Enquanto isso, aqueles que não caem na falácia do *enquanto não tomarmos o poder, nada mudará*, nos mostram as permanências e mudanças nas FRs, mas tendem a adotar uma visão microscópica da realidade social (NOVAES, 2006). Uma boa via argumentativa para resolver estes problemas parece ser a de Vieitez e Dal Ri (2001) e Gaiger (2001).

Para Vieitez e Dal Ri (2001), há mudanças nas FRs, principalmente na organização e nas relações de trabalho, bem como na gestão. No entanto, eles afirmam que as modificações realizadas até agora não dão conta de transformar a essência das FRs – produção de mercadorias, supremacia dos quadros, etc. A possibilidade de avanço estaria na articulação das FRs com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, e de uma visão e um programa de modificação da sociedade, e não apenas de unidades produtivas.

De acordo com Gaiger, as formas de produção da ES são atípicas, porém podem conviver - sem abalar - o capitalismo (GAIGER, 2002). Para que estas se convertam numa nova forma de produção, são necessárias mudanças significativas que escapam ao objetivo deste artigo.

O artigo foi estruturado da seguinte forma. Na primeira seção tecemos algumas linhas sobre as estratégias dos trabalhadores diante do fechamento das fábricas. Em seguida, traçamos algumas tendências nas FRs latino-americanas. Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

Sobre o título deste trabalho, cabe salientar que ele se baseia nas conclusões de nossa dissertação de mestrado [NOVAES, 2005c], nas pesquisas recentes por nós realizadas e de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Para nós, as FRs vêm sofrendo a exploração das fábricas que as contratam, os sócio-trabalhadores se auto-exploram, além de explorar trabalhadores contratados via CLT (ou até mesmo sem direitos trabalhistas).

O que fizeram os trabalhadores quando as fábricas fecharam?

Diversas foram as formas de luta da classe trabalhadora num contexto de fechamento de fábricas no Brasil nos últimos 25 anos. Acreditamos que as Fábricas Recuperadas (FRs) surgiram num contexto de *crise estrutural do capital* (MÉSZÁROS, 2002). Aquilo que aparece nos jornais argentinos, brasileiros e uruguaios como sendo uma crise conjuntural, é na verdade uma “crise estrutural do capital” (isso não significa dizer que

o capital se autodestrua) (MÉSZÁROS, 2002), que abrange a periferia e o centro do capitalismo. É neste contexto de crise estrutural que surgem as FRs e as cooperativas populares¹.

No entanto, faz necessária uma advertência. Mesmo sabendo que o objetivo primordial das FRs seja a defesa dos postos de trabalho, elas não são uma resposta automática às condições macroeconômicas dos anos 1990, mas também o resultado de um novo contexto, de um novo *clima* social e de uma *crise estrutural do capital*.

Mais precisamente, trata-se de um *novo* fenômeno social ou num novo método desenvolvido pela classe trabalhadora brasileira num contexto onde a luta sindical tradicional por carteira assinada não encontrava mais resultados.

Cruz (2006) parece concordar conosco sobre o surgimento desta novidade na história da América latina quando afirma que

(...) o surgimento de milhares de iniciativas econômicas de tipo associativo – cooperativas, associações, empresas recuperadas, instituições comunitárias de crédito, clubes de trocas etc. – no Cone Sul da América Latina, a partir dos anos 90, representa a emergência de um fenômeno econômico e social que, embora guarde estreitas relações com experiências anteriores, tem características específicas, que resultaram das transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto da economia quanto da sociedade latino-americana (CRUZ, 2006, p.1).

Frente a este novo contexto, muitos trabalhadores destes países passaram a ter *salários* (retiradas) mais próximas e fundos igualitários ou proporcionais, *optaram* por arrendar (grande maioria dos casos) ou adquirir os meios de produção, sem falar na instalação de mecanismos de decisão parlamentarista no seio da unidade produtiva (1 sócio: 1 voto).

No caso brasileiro, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES - Ministério do Trabalho e Emprego) já encerrou o mapeamento da Economia Solidária. Até a presente data, não conseguimos obter uma informação precisa quanto ao número de FRs sobreviventes no Brasil, mas deve girar em torno de 150. Cabe esclarecer também que a grande maioria das FRs está no setor metalúrgico, no setor têxtil e de calçados².

A história das FRs no Brasil pode ser dividida em três momentos. O primeiro pode ser caracterizado pelo surgimento de casos isolados, nos anos 1980. O segundo momento tem como contexto a valorização cambial e a abertura comercial descritas acima. Foi neste momento histórico que surgiu a maioria das FRs brasileiras. O terceiro momento

¹ Sobre a crise dos últimos 25 anos, ver Lima Filho (2002).

² Sobre a história do surgimento das FRs no Brasil e o debate em torno da autogestão, ver Cruz (2006), Faria (2005), Novaes (2005a, b, e), Tiriba (2002), Vieitez e Dal Ri (2001), Valle et al. (2001) e Holzmann (2001).

é aquele onde aparecem casos esparsos, nos anos 2000, mas que não podem ser desprezados³.

A grande maioria das FRs brasileiras sinaliza a *autogestão* como um horizonte de suas lutas. No entanto, assim como na Argentina e na Venezuela, algumas fábricas reivindicam a estatização com controle operário das fábricas ocupadas⁴. Cabe acentuar que nem o governo Cardoso nem o Governo Lula apóiam tal iniciativa.

Dentre as entidades que apóiam as FRs, destacam-se a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão), fundada oficialmente em 1994, a UNISOL Cooperativas, fundada em março de 2000, com o apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (Santo André (A), São Bernardo (B), e São Caetano do Sul (C)) e de Sorocaba, e do Sindicato dos Químicos do ABC. A Unisol inicialmente atuava no Estado de São Paulo. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) lançou, também em 2000, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)⁵.

Na Argentina, as empresas recuperadas abrangem campos que não encontramos no Brasil: Clínicas de exame, Hospitais, Supermercados, Escolas e somam um total de 180 fábricas e 12000 trabalhadores. No Uruguai, as FRs devem girar em torno de 20. Na Argentina, é preciso ressaltar que muitas dessas fábricas operam hoje com 1/5 dos trabalhadores nos tempos gloriosos. Metade das 87 empresas investigadas por Fajn et al. (2003) tem menos de 30 empregados e 25% mais de 70.

Em busca da economia política da autogestão: os limites e as possibilidades das FRs diante do modo de produção capitalista

Esta seção aponta algumas das últimas tendências que estão ocorrendo nas FRs brasileiras. Ela se baseia na leitura dos textos acima indicados bem como em nossas pesquisas em duas FRs, a Cones (cooperativa de malharia, tintura e retorção) e na Textilcooper (cooperativa produtora de mantas e cobertores).

Lima Filho (2004) acredita que a classe trabalhadora adotou inúmeras estratégias defensivas para sobreviver num contexto de crise avassaladora. Dentre estas, tivemos as FRs. Segundo ele, para se tornar uma proposta de *ofensiva* socialista, deverá haver a

³ Sobre estes momentos, ver Faria (2005).

⁴ Em Novaes (2005a), vimos que muitos dos movimentos de FRs postulam o poder para dentro de cada fábrica e não a coordenação da produção pelos produtores associados. Será que eles são vítimas das teorias que propugnam o socialismo de mercado?

⁵ Para maiores detalhes sobre as entidades de apoio, ver Singer (2002), Faria (2005) e Cruz (2005).

conjugação dos interesses das FRs com os interesses das massas tendo em vista a superação, de acordo com as possibilidades históricas, do capital.

Ao nosso ver, o contexto de crise está impedindo a passagem de um momento *defensivo* para um *ofensivo*. Mais que isso, os trabalhadores de FRs estão cada vez mais recorrendo a auto-exploração ou a contratação de trabalhadores assalariados como estratégia de manutenção da FR no *mercado*, conforme veremos a seguir.

Sobre o debate a respeito das retiradas, para aqueles que crêem que autogestão significa retiradas *igualitárias*, lembremos que “um possível aumento de salários somente iria melhorar a remuneração dos escravos [assalariados], mas não restituiria o significado e o valor humanos nem ao trabalhador nem ao trabalho” (MARX, 1994, p.34). Isso não significa dizer que a remuneração atual dos trabalhadores latino-americanos permite a satisfação das necessidades humanas.

Aqui, cabe notar também que o debate sobre a apropriação do excedente já ocupava as páginas dos escritos dos *ricardianos de esquerda*. Sendo o trabalhador a única fonte do valor, ele deveria ser o único detentor legítimo do produto, argumentavam Owen e também W. Thompson e T. Hodgskins. Paul Singer reconhece corretamente que para Marx o excedente jamais poderia pertencer em sua totalidade aos trabalhadores, uma vez que idosos, crianças, etc partilharão do “resultado do trabalho produtivo” (SINGER, 1998, p.73), o que nos leva a crer que numa sociedade socialista o excedente não poderá pertencer exclusivamente aos cooperados.

Se para a Economia Política existe apenas a categoria trabalho e não a de trabalhador, nas FRs o objetivo é facilitar ao máximo suas vidas dentro e fora do seu ambiente de trabalho, o que para nós pode ser considerado como uma espécie de *humanização do espaço de trabalho* pelos cooperados. Apesar dos imperativos da produção de mercadorias impedirem uma maior margem de manobra para que os trabalhadores de FRs possam humanizar o ambiente de trabalho, verificamos que há possibilidades de mudança.

Numa das cooperativas por nós visitadas (Textilcooper), um novo cooperado vem se mostrando para os outros associados como um *fiscal*, alguém que quer impor normas para aqueles que se *sentem donos* e por isso, acham que não há mais normas e podem trabalhar como querem, na hora que querem. Para nós, o novo cooperado está atuando basicamente na busca de “implantação de novas regras e normas de comportamento para o coletivo” (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p.50). Muitas experiências demonstram que

não pode haver um *vácuo* de leis e normas de conduta coletiva. Se isto acontecer, provavelmente os trabalhadores perderão o controle sobre si próprios.

Esse fato nos lembra o conto *A Igreja do Diabo*, de Machado de Assis. Resumidamente, diz o conto que o diabo resolveu criar uma igreja onde tudo era permitido. Com o passar do tempo, as pessoas sentiram faltas das leis, mas, neste caso, porque queriam transgredi-las. Talvez nas cooperativas as normas devem ser criadas através de decisões coletivas não com o objetivo da transgressão, mas para firmar algumas regras de conduta.

Sobre as assembléias, cabe acentuar nossas impressões durante nossas pesquisas na Textilcooper e na Cones. Principalmente na Cones, mas também em menor medida na Textilcooper, ficamos com a impressão que os presidentes e os conselhos vêem *somente* os *deveres* dos cooperados enquanto que os trabalhadores do chão-de-fábrica vêem a assembléia como *direitos*, principalmente de aumento das retiradas. Apesar de percebermos que há nas cooperativas maiores possibilidades de participação dos trabalhadores no processo decisório, em muitos casos os trabalhadores não detêm o conhecimento técnico necessário para sugerir mudanças nos rumos das cooperativas.

Podemos levantar três hipóteses sobre os motivos que levam os trabalhadores a não desconstruir o processo de trabalho vigente. Os trabalhadores deixam de acreditar no mecanismo da assembléia quando percebem que se trata de algo *figurativo*, sem poder de mudança, apesar do *parlamentarismo* das cooperativas. Outra possibilidade, mais provável, advém da *naturalização* do processo de trabalho e a *ausência* do conhecimento técnico necessário para transformá-lo. Para muitos trabalhadores, o processo de trabalho é compreendido como sendo o *único* possível, não havendo possibilidade e necessidade de mudá-lo. Ou mais que isso, eles não detêm o conhecimento que está materializado na figura dos *especialistas*, dependendo dos mesmos tanto quanto antes da falência.

Como vimos, Holzmann (2001) verificou que os trabalhadores da Wallig (empresa de fogões – Rio Grande do Sul) não perceberam as possibilidades privilegiadas de intervenção no espaço de trabalho. Para os trabalhadores que estão no comando da Uniforja (cooperativa de forjaria de Diadema-Estado de São Paulo), a participação dos sócio-trabalhadores na organização da produção e do trabalho deve ser dirigida para o alcance da melhoria no desempenho das cooperativas, mas as questões como segurança no trabalho, ritmo e intensidade do trabalho, qualificação profissional, dentre outras, que dizem respeito às condições de trabalho não foram abordadas por eles. Por outro

lado, os sócio-trabalhadores, apesar das possibilidades irrestritas de intervenção no processo de trabalho, não sugeriram temas que influenciariam o cotidiano das cooperativas, em termos de organização da produção e do trabalho (ODA, 2001).

Uma hipótese menos provável afirmaria que o uso das assembléias e dos mecanismos de decisão (em assuntos referentes ou não ao processo de trabalho) requer treino e tempo, uma vez que os trabalhadores sempre foram *acostumados* a receber ordens.

Verificamos que a não-*autonomização* dos conselhos e da presidência independe do bom andamento econômico da cooperativa, pois tanto na Textilcooper (altamente instável e com grandes possibilidades de fechar novamente) quanto na Cones (faturamentos crescentes) parece estar ocorrendo novamente processos de burocratização das empresas. Nossas pesquisas na Textilcooper e na Cones nos levam a concordar com Vieitez e Dal Ri (2001) quando afirmam que está sendo conformada uma elite político-administrativa nas cooperativas (VIEITEZ, DAL RI, 2001).

Cabe acentuar também que muitos trabalhadores das FRs visitadas relatam que houve um aumento da criatividade, o florescimento da inventividade, afirmam também que hoje trabalham com maior *tranqüilidade*. No entanto, ainda se verifica uma imensa quantidade de trabalho alienante, repetitivo e desprovido de conteúdo⁶.

Braverman (1987) e Varsavsky (1974) afirmam que não há cooperativismo sem uma real emancipação dos trabalhadores em relação aos engenheiros e especialistas. Para Varsavsky (1974), ao longo do surgimento do capitalismo, o trabalhador perdeu o controle dos meios de produção e “a propriedade do domínio técnico sobre a máquina que usa, e isso não se repara com decretos. Mesmo quando a fábrica é de propriedade cooperativa direta dos trabalhadores, a alienação dos mesmos não se elimina se seguem dependendo dos especialistas na mesma medida que hoje” (VARSAVSKY, 1974, p.74).

Para Braverman (1987):

As demandas de participação e controle pelos trabalhadores escapam de muito à visão marxista. O conceito de uma democracia na oficina baseada simplesmente na imposição de uma estrutura formal de parlamentarismo – eleição de diretores, votação sobre decisões referentes à produção de acordo com a organização existente é decepcionante. Sem o retorno do requisito de conhecimento técnico pela massa dos trabalhadores e reformulação da organização do trabalho – sem, em uma palavra – um novo e verdadeiramente coletivo modo de produção – a votação nas fábricas e escritórios não altera o fato de que trabalhadores continuem dependendo tanto quanto antes dos “peritos” e só podem escolher entre eles ou votar nas

⁶ Verificamos que muitos trabalhadores recorrem a Música para libertar-se da atividade de trabalho repetitiva. Aqui, cabe um paralelo com o Filme *Dançando no Escuro*, do diretor Lars Von Trier, onde a atriz-cantora Bjork vê na música um ato de devaneio frente ao trabalho *apurrinhante*.

Há uma relação pouco explicitada pela academia latino-americana sobre a relação entre conhecimento técnico/dependência de especialistas com as possibilidades parlamentaristas ensejadas pelas cooperativas. Muitos estudos crêem equivocadamente que antes da falência os trabalhadores não têm qualquer poder de intervenção no processo de trabalho. Para complicar, acreditam que depois do arrendamento, os mesmos tornam-se verdadeiros *sujeitos* do processo de trabalho (NOVAES, 2005c).

Sobre a tecnologia *hardware*, mesmo verificando que existem progressos no que se refere à manutenção, reparação, pequenas adaptações do maquinário e aumento do conhecimento do processo produtivo, são poucas as críticas à tecnologia convencional.

A proposta de adquirir máquinas e equipamentos a fundo perdido (caso Textilcooper), tal como vem sendo estimulada pela Fundação Banco do Brasil, num primeiro momento, é muito sedutora. No entanto, podemos deduzir através de um olhar mais profundo que a proposta de *atualização* tecnológica traz consigo três pressupostos que, ao nosso ver, devem ser analisados com maior cuidado: a) o de que a última tecnologia é sempre a melhor; b) já existe tecnologia disponível, basta utilizá-la e c) esta tecnologia disponível serve tanto para os propósitos de empresas convencionais quanto para empreendimentos com características *autogestionárias* (NOVAES, 2005c). De acordo com Zimbalist (1979), muitos trabalhadores aceitam a marcha da tecnologia como *inevitável* e *imutável*. Para Burawoy, “Se a tecnologia na realidade não é neutra e seu desenvolvimento é um processo não só econômico, mas também político, é importante analisar porque se fabrica e se comercializa uma determinada máquina ao invés de outras” (BURAWOY, 1989, p.233).

Nosso argumento é que as FRs, apesar de inseridas no sistema produtor de mercadorias e tendendo a reproduzir as relações de trabalho herdadas conseguiram e conseguem promover processos de Adequação Sócio-Técnica (AST) nos âmbitos de a) software: mudanças de natureza cultural ligadas à repartição das retiradas (antigos salários) (i.e., retiradas mais próximas ou igualitárias), adequação parcial da fábrica aos interesses dos trabalhadores, apropriação do conhecimento do processo produtivo sem modificação da divisão do trabalho; b) orgware: apropriação do conhecimento do processo produtivo com modificação da divisão do trabalho; c) hardware: aquisição de maquinário, adaptações e repotenciamento.

As FRs, embora tenham promovido processos de AST, parecem encontrar obstáculos devido: a) à naturalização da organização do processo de trabalho pelos cooperados, b) ao fetiche da tecnologia, que leva a que se acredite que a última tecnologia é sempre a melhor e se ignore seu caráter relacional, c) ao tempo necessário para uma transformação significativa das forças produtivas e da forma de repartição do excedente, d) aos constrangimentos impostos pelo *mercado* capitalista, e) à não generalização da *expropriação dos expropriadores*, e e) ao momento defensivo da luta de trabalhadores, caracterizado pelas sucessivas perdas de direitos trabalhistas.

Devemos lembrar que, diferentemente, por exemplo, da Revolução Espanhola (1936-1939), onde inúmeras fábricas foram coletivizadas, os casos por nós estudados não se inserem num contexto revolucionário. Neste sentido, são poucas as chances de manutenção das FRs num momento de isolamento das mesmas frente ao *oceano capitalista* e, mais que isso, num momento de regressão histórica que fragmenta a classe trabalhadora e lhe retira direitos conquistados no período anterior à crise (1945-1973).

Um outro problema a ser destacado é a falsa sensação de *liberdade* e *autonomia* que alguns cooperados estão presenciando. Para Bettelheim (1979), baseando-se na experiência russa, a bandeira da *autonomia*, a sensação de *liberdade* por ter arrancado o poder dos patrões - pode gerar confusões no seio da classe trabalhadora ao reivindicar o poder para *dentro* de cada fábrica. Mészáros (2002) não se contenta com as possibilidades de surgimento de mudanças *dentro* das unidades produtivas, em função da *expropriação* de alguns *expropriadores*, e advoga também a necessidade de um *controle social global consciente das condições de auto-realização humana* para nos livrarmos da tirania do mercado capitalista (NOVAES, 2006).

Chamando a atenção para o fato de que a expropriação dos expropriadores “deixa em pé a estrutura do capital”, Mészáros (2002, p.628) afirma que a questão fundamental é o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos”. Mészáros (2002, p.628) também critica ainda os equívocos da *esquerda cooperativista*, pois esta não se atentou para a necessidade de promover “ataques duplos” no sistema sociometabólico do capital. No “microcosmo” – dentro dos muros das fábricas e no “macrocosmo” –, isto é, nas relações de intercâmbio (NOVAES, 2006).

A ausência de mudanças no *macrocosmo*, as mudanças ainda parciais no *microcosmo* e a ausência de uma proposta de *ofensiva* não nos autorizam a chamar as FRs pelo nome

de “autênticas”, tal como postulou o presidente da Cones. Talvez seria mais conveniente chamá-las de *anfíbios*.

Além das FRs serem *exploradas* pelos empreendimentos heterogestionários, tudo leva a crer que em algumas (ou muitas?) cooperativas e associações de trabalhadores a própria classe trabalhadora está, além de se *auto-explorar*, explorando outros trabalhadores pela via da contratação. O número de contratados na Cones subiu de 8 para 100 em dois anos. Maurício Faria (2005) encontrou, numa cooperativa do Rio Grande do Sul, 150 cooperados e 800 contratados (!)⁷.

Sobre a exploração e o controle exercido pelas corporações e empresas heterogestionárias sobre as FRs e cooperativas de trabalhadores, diversos autores, dos quais destacamos Assenburg (2004), Tauile e Debaco (2002), Vieitez e Dal Ri (2001), Lima (2001) e Novaes (2005c), são enfáticos ao verificar a funcionalidade das FRs para a atual fase do capitalismo, caracterizada pela grande pressão por diminuição de custos e aumento da produtividade. Talvez seja por isso que muitos capitalistas, que num primeiro momento repudiariam o movimento de FRs pois estes poderiam *amedrontá-los*, vêem com bons olhos o surgimento de inúmeras fábricas de trabalhadores.

Tauile e Debaco (2001) conseguem expressar com muita propriedade o que estamos retratando. Eles afirmam acertadamente que as FRs continuam sendo “exploradas” pelo *mercado* capitalista, apesar das possibilidades de existência de *democracia interna*, pois no caso de uma das empresas que estudaram, eles verificaram que...

como a empresa só dispõe de máquinas e de pessoal, produz com a matéria-prima e a marca de terceiros. Apesar de a empresa ser democrática internamente, os trabalhadores continuam sendo explorados por uma empresa externa que não tem nenhuma obrigação legal com trabalhadores além da relação comercial com a empresa autogerida (e que lhes pertence) (TAUILE; DEBACO, 2002, p.7).

A submissão involuntária, na maior parte das vezes, aos mecanismos de *mercado*, leva os trabalhadores de FRs a adotar mecanismos de auto-exploração via aumento da jornada de trabalho, etc ou via contratação de funcionários celetistas ou nem sequer pagando os direitos trabalhistas para os mesmos.

Poderemos estar subestimando o imperativo da *comercialização* sobre a *produção* (LUXEMBURGO, 1974), mas nos inquieta o fato de algumas cooperativas não explorarem trabalhadores via contratação enquanto que outras FRs recorrem a este

⁷ Os argumentos utilizados por esta FR são: impedir a entrada de *líderes negativos* e o direito por terem *criado* a mesma (FARIA, 2005).

mecanismo de forma avassaladora. Um bom tema de pesquisa seria verificarmos se as FRs argentinas e uruguaias também recorrem ao mecanismo da contratação.

Outro instigante tema de investigação seria aquele que verificasse as FRs que estão na contra-tendência, isto é, não utilizam o recurso da contratação, estão criando os chamados *fundos solidários* (reservas equivalentes ou superiores aos direitos trabalhistas da CLT, fundos para aumento da escolaridade dos trabalhadores, aplicação do excedente na criação de escolas, melhorias dos hospitais do município onde está a FR, etc). Ainda nesta linha, algumas FRs conseguiram *aliviar* esta tripla exploração quando passaram o maior período de crise. No caso argentino, de 2001 a 2003, e no caso brasileiro, supomos que de 1997 a 2000. Depois deste momento histórico, algumas FRs deixaram de ser faccionistas (vendedoras sob encomenda, onde o demandante fornecia a matéria-prima), ampliando o número de clientes.

No entanto, mesmo ressaltando estas possibilidades, acreditamos que a permanência no momento defensivo impedirá o florescimento de alternativas. Além do mais, enquanto a produção das unidades produtivas não for reorientada para a satisfação das necessidades humanas, via planejamento unificado da produção – ao contrário do propalado *socialismo de mercado*, serão pequenas as possibilidades das FRs

Considerações finais

Este artigo fez um breve panorama das FRs latino-americanas, trazendo para o debate algumas lições retiradas da breve história das mesmas e salientando o fato de que está havendo uma espécie de *tripla exploração*. Acreditamos, assim como Galvão (2004), que a proposta de assumir uma empresa e reabilitá-la já é em si mesmo uma estratégia inovadora do ponto de vista de trabalhadores acostumados a receber salários e a não se imiscuir nos aspectos administrativos da vida da empresa. Por estarmos diante de um momento de crise, a simples sobrevivência destas FRs já é algo surpreendente.

Se é impossível abolir o capital por decreto, acreditamos que as fábricas que surgem da apropriação ou arrendamento da massa falida são *exemplos* práticos das possibilidades de promoção de *descontinuidades* na *continuidade*, onde os trabalhadores podem subverter uma tecnologia e uma organização do processo de trabalho criadas para propósitos distintos daqueles vislumbrados por empreendimentos que seguem na busca da *autogestão*, sem falar nas possibilidades de modificação da forma como se reparte o excedente. Nesta mesma linha, Marques (2006) aponta que as FRs são uma espécie de

laboratório social, onde os trabalhadores experimentam inúmeras soluções inovadoras para a sua emancipação social.

No entanto, apesar das possibilidades de promoção de *descontinuidades* na *continuidade*, nossas pesquisas nos levam a crer que o contexto de barbárie social, onde os trabalhadores estão nitidamente na defensiva, e a predominância das teorias ainda presas à órbita do capital, impedem um avanço significativo da luta dos trabalhadores rumo a uma sociedade *para além do capital*. A nós só resta perguntar até quando durará esta tripla exploração?

Abstract

This article analyses the triple exploration of the latin-American Recovered Factories (FRs). Our argument is that the workers of RFs are explored by the companies that demand their services (the "Market"), they explore themselves by the increase of the work day, etc, besides, they explore contracted workers. However, our researches reveal that RFs, in spite of inserted in the capitalism, promote *discontinuities* in the *continuity*, what reveals us that in the change of the defensive context - characterized by a historical regression (loss of labor rights, etc) - for an offensive moment, that it would be characterized by the articulation of RFs with the struggle of other workers, and of a vision and a program of modification of the society, and not just of the enterprises, the workers of RFs can help to build a society beyond capital, removing this triple exploration.

Key-words: Recovered Factories, Exploration, Latin América, Crisis

Referências Bibliográficas:

- ASSENBURG, B. A autogestão no caminho da heteronomia à autonomia - ponderações sobre experiências autogestionárias em cooperativas de calçados. **III Encontro de Investigadores Latino-americanos de cooperativismo**. São Leopoldo, Unisinos, 2004 (CD-Rom).
- BALTAR, P. E. A. **Estagnação da Economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil**. Revista Economia e Sociedade. Campinas: Unicamp, 1996.
- BETTELHEIM, C. **A luta de classes na União Soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- BURAWOY, M. **El consentimiento en la producción**. Los cambios del proceso produtivo en el capitalismo monopolista. Madrid, Centro de Publicaciones - Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- BIJKER, W. E. **Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs**. Toward a Theory of Sociotechnical Change. Massachusetts: MIT Press, 1995.
- CRUZ, A. **A diferença na igualdade**. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do mercosul. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006.
- DAGNINO, R. **Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo**. 2002b. In: Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a ciência e a cultura, Sala de Lectura CTS+I de la OEI. Disponível em <<http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html>> Acesso em 05 out. de 2002.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.C.; NOVAES, H.T. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. et al. **Tecnologia Social** – uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil, 2004, p.15 a 64. (Pode ser obtido em <http://www.rts.org.br/cpub/pt/acoes/livro.php>).
- FAJN, G. et al. **Fábricas y empresas recuperadas** – protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Buenos Aires: Ediciones del Insituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.
- FARIA, M. S. “...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. 1997. Dissertação

(Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

FARIA, M. S. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária**: avatares do trabalho e do capital. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.

GAIGER, L. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em 10 de mar. de 2002.

GALVÃO, M. N. **Os fios da esperança?** Cooperação, Gênero e educação nas empresas geridas pelos trabalhadores. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2004.

GUIMARÃES, V. N. et al. **Autogestão como estratégia de sobrevivência das organizações e dos trabalhadores**: estudos multisetoriais no estado de Santa Catarina. Relatório de Pesquisa CNPq. Florianópolis, UFSC, 2004.

HOLZMANN, L. Gestão Cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER, P. e SOUZA, A. (Org.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p.49-64.

HOLZMANN, L. **Operários sem patrão**. Gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

KATZ, J.; CIBOTTI, R. **Marco de referencia para un programa de investigación en ciencia y tecnología en América Latina**. Buenos Aires: Cepal, 1976.

LEITE, M. **Trabalho e Sociedade em transformação**. Mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LIMA, J. C. Interiorização industrial e fábricas cooperativas In: GUIMARÃES, N.A. e MARTIN, S. (orgs). **Competitividade e Desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001.

LIMA FILHO, P. A. de. **Argentina, um futuro em ruínas**. A pauperização e os sonhos dos trabalhadores: eles sonham com a volta ao passado? São Paulo, Mimeo, 2002. Livro Inédito.

LIMA FILHO, P. A. de. **Re: Primeiras Impressões sobre Fábricas Recuperadas na Argentina e Uruguai**. Correio eletrônico enviado a Henrique Novaes. 15 de outubro de 2004.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** Lisboa: Estampa, 1974.

MARQUES, P. L. A. **Trabalho Emancipado**. Empresas recuperadas pelos trabalhadores: A experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos. (Dissertação de Mestrado). Depto. de Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, dez de 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1994.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NOVAES, H. T. **Os dois pilares para se construir a autogestão**: uma crítica aos pesquisadores da Economia Solidária. Campinas, XI Encontro Nacional de Economia Política (SEP), maio de 2005a.

NOVAES, H.T. Quando os patrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaia. **Revista de Ciências Sociais da Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 166, p., jan./jun. 2005b.

NOVAES, H.T. **Para além da apropriação dos meios de produção?** O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005c. Pode ser obtida em:
<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375370>

NOVAES, H.T. Idéias de Canário e O Alienista: debatendo as faces da alienação em cooperativas de trabalhadores a partir de Machado de Assis. 2006. **IV Encontro Internacional de Economia Solidária**, São Paulo, agosto de 2006, Anais.

NOVAES, H. T., LIMA FILHO, P. A. de. **O que fazer quando as fábricas não fecham?** Balanço das políticas para a promoção do cooperativismo na Venezuela. 2006. **IV Encontro Internacional de Economia Solidária**, São Paulo, agosto de 2006, Anais.

ODA, N.T. **Gestão e Trabalho em cooperativas de produção**: dilemas e alternativas à participação. 2001. Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica, USP, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, M. A. de. “Debate”. In: FERRETTI, C. et al. (Orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar, Petrópolis: Vozes, 1994.

PARRA, H. **Liberdade e Necessidade**: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. 2002. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 2002.

SINGER, P. I. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SINGER, P. I. A recente ressurreição da economia solidária. In: SOUZA SANTOS, B. (org) **Produzir para viver**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: **VII Encontro Nacional de Economia Política**, Maio de 2002, Curitiba, Anais, 2002.

TAUILE, J. R. et al. **Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas**: relatório final. Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, SENAES, 2005.

VALLE, R.(org.). **Autogestão** - O que fazer quando as fábricas fecham? Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

VARSAVSKY, O. **Estilos tecnológicos** – propuestas para la seleccion de tecnologías bajo racionalidad socialista. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1974.

VIEITEZ, C.; DAL RI, N. **Trabalho associado**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZIMBALIST, A. (Org). **Case Studies on the labor process**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1979.

Sítios visitados

www.anteag.org.br

www.mte.gov.br

<http://www.unisolbrasil.org.br/unisol/historico.php>